

Frente parlamentar une distritais em defesa do BRB

Em parceria com a deputada distrital bancária Erika Kokay (PT), o Sindicato realizou, no último dia 28 de novembro na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), ato de lançamento da frente parlamentar em defesa do BRB público. Centenas de bancários do BRB participaram do ato vestidos de camisetas com os dizeres “o BRB é nosso; é do DF; privatização não”.

A frente conta com a participação de todos os 24 parlamentares. A luta é para manter o banco como instituição pública e com seus interesses voltados à sociedade e ao fomento do Distrito Federal.

Erika Kokay, autora da proposta de criação da frente e que recolheu as assinaturas para a viabilização do movimento, lembrou que o BRB é uma instituição lucrativa. Segundo a parlamentar, o lucro estimado para 2007 é de R\$ 100 milhões. “Não podemos repetir essa lógica já vencida (da privatização) no Distrito Federal. Mas o que vemos é o governo anunciar a possibilidade de privatizar o BRB”, explicou a deputada.

As primeiras ações previstas para a frente serão diálogos com os setores produtivos (Fecomércio, Fibra), com o governo e com a sociedade.

Câmara suspende sessão para lançar frente

O lançamento da frente parlamentar foi destaque na CLDF. A



Centenas de bancários do BRB participaram do lançamento da frente parlamentar em defesa do banco na Câmara do DF

sessão ordinária do Plenário foi suspensa e a Casa recebeu diretores do Sindicato e funcionários do BRB, que lotaram as galerias da Câmara. Aberta pelo presidente da Câmara, Alírio Neto (PPS), os trabalhos foram conduzidos, na seqüência, pela deputada Erika Kokay.

“Todos os bancários do BRB que participaram do lançamento da frente em defesa do banco estão de parabéns. Atenderam aos apelos do Sindicato e compareceram em massa à Câmara. São grandes as chances de o GDF vender o BRB, por isso o Sindicato informa que

realizará outros atos públicos e manifestações para defender o BRB público”, alerta Antonio Eustáquio, diretor do Sindicato e funcionário do BRB.

Na ocasião, diretores do Sindicato entregaram aos parlamentares presentes documento manifestando sua posição por um BRB público e contrária à privatização, com subsídios técnicos elaborados pela subseção do Dieese sobre seus indicadores (ver páginas 4, 5 e 6). Em seguida, o Sindicato percorreu os gabinetes dos deputados que não puderam comparecer ao lança-

mento da frente. Todos os 24 deputados distritais assinaram o texto do manifesto de criação da frente parlamentar.

Veja na página 3 texto de introdução ao estudo do Dieese entregue pelo Sindicato aos deputados distritais.

“É uma contribuição objetiva do Sindicato para subsidiar os parlamentares, mas como mostrou a expressiva participação dos bancários no evento, o destino do banco depende da manifestação ativa de todos”, acrescenta André Nepomuceno, diretor do Sindicato.

**O BRB
é nosso,
é do DF.**

VISTA ESTA CAMISA



**Privatizar
não**

Deputados distritais defendem o BRB público

Veja os trechos mais importantes dos pronunciamentos dos parlamentares.

Deputado Alirio Neto (PPS)

“Fiquem tranqüilos, porque, na pior das hipóteses, para aceitar-mos a privatização [do BRB], ela terá que passar pelo Poder Legislativo. E aqui teremos a oportunidade, caso isso aconteça, de fazer-mos um debate visando defender, principalmente, os trabalhadores daquela instituição”.

Deputada Eurides Brito (PMDB)

“Eu não entendo e não aceito que o BRB precise ser desfeito por outra corporação. É uma forma também de um capitalismo sanguinário, porque é o povo do Distrito Federal que perderá o seu comando sobre o que realmente é nosso”.

Deputado Wilson Lima (PR)

“O BRB foi o primeiro banco a dar o exemplo para Brasília do cumprimento da lei das filas, do respeito aos cidadãos, não apenas como usuários, mas como necessitado de ser acolhido por um banco do governo”.

Deputado Chico Leite (PT)

“O primeiro requisito é de que não admitimos a privatização. O segundo é que o tratamento com servidores e servidoras não pode ser o da lógica material, nunca. Não vamos admitir isso”.

Deputado Dr. Charles (PTB)

“Se o BRB é um banco que dá lucro, que financia as pequenas empresas do DF, que atende a todos nós, funcionários públicos há anos, que tem uma carteira excepcional, por que se privatizar este banco?”



Luiz de Oliveira, presidente da Associação dos Aposentados do BRB

“O BRB é a cara de Brasília. O BRB sempre trabalhou para o social, para as áreas de serviço, indústria e comércio. Se a folha [de pagamento] for transferida, o servidor pagará muito mais, terá muito mais custo para movimentar sua conta, para receber seus vencimentos”.

Campanha em defesa do BRB

Os diretores e funcionários do Sindicato estarão percorrendo todas as agências do BRB a partir da próxima segunda-feira 10 para entregar camisetas da campanha contra a privatização do banco.

O Sindicato solicita a todos os funcionários que usem estas camisetas para divulgar entre os clientes a campanha em defesa do banco. Na próxima semana começam também os eventos públicos em feiras e locais de grande concentração de pessoas onde o Sindicato distribuirá notas à população alertando sobre a venda do BRB em defesa deste patrimônio do Distrito Federal.

A íntegra das notas taquigráficas do lançamento da frente parlamentar está disponível no site www.bancariosdf.com.br



Deputada Erika Kokay (PT)

“Esta frente se constitui hoje como um compromisso dos parlamentares desta Casa para que defendamos esse banco que é do povo de Brasília, mas também para que possamos dialogar com outros setores que precisam se somar a nós para que tenhamos a segurança de que o BRB continue sendo de Brasília”.

Deputado Rôney Nemer (PMDB)

“Quando dizemos que queremos que o BRB seja um banco público, acho que está pouco. Temos que ser claros e dizer que queremos o BRB como sempre esteve, dando lucro”.

Deputado Reguffe (PDT)

“O BRB precisa atender o pequeno [cliente]. E esse é o seu papel. Por isso eu sou contra a privatização do banco e por isso quero prestar a minha solidariedade a vocês [bancários]”.

Deputado Brunelli (DEM)

“O povo do Distrito Federal pagou um alto preço para que hoje o BRB seja uma instituição forte, pujante. Não precisamos desmontar essa instituição, pelo contrário”.

Deputada Eliana Pedrosa (DEM)

“Os senhores podem ter certeza de que esta Casa não abrirá mão da discussão, do apoio a todos os funcionários e dessa instituição, que faz parte da história do Distrito Federal”.

Deputado Aylton Gomes (PMN)

“Se tiver que melhorar, vamos lutar para que isso aconteça! Mas acabar, privatizar, não cabe porque o BRB é um banco do povo, que presta um serviço para a comunidade carente, e também para os grandes clientes”.

Deputado Rogério Ulysses (PSB)

“A Câmara Legislativa fez um grande serviço ao marcar posição contra a privatização do BRB”.

Leia nesta página documento entregue pelo Sindicato aos deputados distritais

O futuro do BRB e a responsabilidade do governo e da CLDF

O Banco de Brasília tem uma história de serviços prestados à sociedade e ao povo do DF. A dedicação e a qualidade do trabalho dos bancários construíram uma identidade sólida da marca BRB.

São 40 anos, mas há muito ainda a fazer. Como agente financeiro, instrumento de crédito, prestador de serviços bancários e sócio-assistenciais, entre outras funções estabelecidas em lei e por missão institucional e estratégica.

Nas duas gestões anteriores (99 a 2006) houve uma combinação negativa de má-gestão com má-fé. Vimos recentemente a prisão e o processo criminal contra gestores inescrupulosos.

Também se viu a prisão e a exoneração do primeiro diretor-presidente indicado pelo atual governo, acusado por fraudes graves contra o patrimônio público.

Somada a esta imprudência, vimos a importação de dois executivos para as diretorias financeira e operacional do BRB, egressos de triste passagem em tempos idos pela CEF e Nossa Caixa-SP. Conforme consenso do movimento sindical bancário, tinham histórico de irregularidades administrativas e hostilidades aos trabalhadores.

Coincidência ou não, tiveram de ser defenestrados, por fortes indícios de ligações indesejáveis, até com o mesmo esquema que motivou a queda da diretoria montada pelo governo anterior.

No torvelinho gerado pela exposição do banco, incluída a derrocada da própria direção por ele indicada, o governador Arruda, deslealmente, declara em fórum empresarial de São Paulo que privatizaria o Banco de Brasília.

De lá para cá, vem emitindo sinais ambíguos sobre o que pretende para o futuro desse patrimônio público que é o BRB.

Conhecida a preferência privatista do seu partido, não é de estranhar que o ponto de chegada da oscilante retórica do governador possa ser o leilão para a grande ban-

ca privada, a fim de angariar caixa bilionário, segundo ele.

Folha de pagamento

Na carona da má-repercussão dos desmandos de pessoas investidas de cargos de poder, o que jamais deve ser confundido com inviabilidade da instituição (até mesmo por sua tenacidade em superar adversidades que têm endereço de origem), o governador literalmente aproveitou para inventar uma dívida a que teria direito: a folha de pagamento dos servidores e a conta-movimento.

Talvez com o olho crescido pela venda por entes federados desse tipo de ativo (para bancos privados, e, mais recentes, para bancos públicos federais), o governador se distraia em relação ao fato de que o DF tem o seu banco distrital. Um patrimônio que apesar de todos os desmandos sofridos, continua viável e com potencial para crescer e bem exercer os benefícios que despertam tanto interesse no mercado.

Sobre a questão da folha: o BRB não se apropriou dela, mas sim, nasceu, por delegação política legítima e legal, com a prerrogativa de agente financeiro local; se for estritamente pelo cálculo financeiro, há que se fazer a conta passada e a futura. Quanto o próprio banco já não contribuiu com o governo e com os clientes, ao não cobrar como o mercado pelos serviços prestados? Quanto, a médio e longo prazos, não cobraria um grande banco privado, para as contas de governo e para os clientes e usuários, por exemplo, os servidores do GDF?

Aliás, é de se perguntar se nas propostas de campanha eleitoral o atual governante haveria lançado essa arrecadação extra em seu programa. Importa lembrar que nem mesmo a privatização do BRB estava prevista. Ao contrário, Arruda declarou expressamente que não só manteria o banco público, como também incentivaria o seu fortalecimento.

Reconhecendo a incoerência total, e o prejuízo político-eleitoral que essa manobra pode representar, com especulações em relação a interesses

pouco confessáveis junto ao lobby dos banqueiros privados famintos do lucro pelo lucro, Arruda procurou, como meio-termo, o Banco do Brasil, a fim de estabelecer um procedimento de estudo sobre a possibilidade de incorporação.

Procedimento que está em curso oficial, com a ciência de que, da parte do BB há pleno interesse em efetivar a operação, mantendo uma lógica de desenvolvimento para o DF, como também sinalizando repetidamente que estaria contemplada a incorporação dos funcionários, com seus empregos e direitos. Isto, não como concessão, mas sim como aquisição de força de trabalho altamente qualificada e com prática específica no atendimento bancário ao DF como um todo.

A esta altura do campeonato, Arruda ainda prevê três opções para o futuro do banco: permanecer, ir para o BB, privatização para grande banco privado. Reafirma que nada faria sem consultar a sociedade e ouvir os funcionários e suas representações. O mais novo presidente interino manifestou que o BRB, na sua circunstância e na conjuntura econômica, é uma máquina de fazer dinheiro, desde que bem administrado. Cabe-nos perguntar se afinal não valeria a pena apostar firmemente na manutenção do banco como público, valorizando-o para ampliar e aprimorar sua função sócio-econômica no DF, além do crédito comercial.

Para o Sindicato dos Bancários, já passou da hora de decisão sobre o rumo a tomar: não é preciso mais nenhuma consulta para saber, seguramente, que os funcionários do BRB desejam a permanência do banco enquanto empresa pública.

Se o governador adota ferrenhamente uma posição de se desfazer do banco, é um dificultador, mas não um impedimento, para que a sociedade, por meio do seu parlamento – com a dupla função de representação política e prerrogativa legislativa – se posicione claramente pela manutenção desse patrimônio público nas mãos do povo.

Cabe repudiar a privatização taxativamente.

Um banco que, apesar dos percalços, apresenta, até outubro, lucro líquido de 70 milhões, entre outros indicadores positivos (veja análise técnica produzida pela subseção do Dieese do Sindicato dos Bancários de Brasília nas páginas 4, 5 e 6), não merece ser descartado pelo canto de sereia da banca privada.

Ganância dos Banqueiros

O leilão privatista pode representar um caixa alto no curto prazo, mas no médio e longo, alguém já viu banqueiro dar “vantagens” sem cobrar nada em troca, seja em juros, tarifas, operações casadas, demissões em massa e ataques aos direitos dos bancários?

Por isso, o Sindicato dos Bancários, ciente da importância decisiva dessa casa no debate e na deliberação acerca do futuro do BRB, solicita a VSas. o empenho para um consenso o mais amplo possível no bloqueio de qualquer modo de privatização, presente ou futura, que porventura o governador insista em promover.

Preferencialmente, acreditamos na permanência do banco, com uma direção técnica e profissional, moralmente ilibada, o que já seria suficiente para encarar os desafios do mercado e do desenvolvimento local, produzindo e reproduzindo recursos locais.

A alternativa plausível, caso o governador não se convença, nem seja convencido de não se desfazer do banco, é a incorporação pelo BB, desde que garantidas as condições da função bancária específica para o DF, tão bem tradicionalizada na experiência do BRB e seus trabalhadores, que, como segunda, mas não menos importante condição, devem ter garantidos seus empregos e direitos.

A responsabilidade é alta. Esperamos mais uma atuação coesa de VSas. na defesa dos interesses do povo, e externamos nossas saudações sindicais.

Indicadores do BRB e a conjuntura recente do setor bancário

O BRB, instituição financeira de economia mista, vinculada ao Governo do Distrito Federal, opera na forma de banco múltiplo, com as carteiras comercial (incluindo câmbio), de desenvolvimento, de leasing e de crédito imobiliário. Veja a seguir estudo elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

O BRB foi o único banco estadual que não recorreu às linhas especiais de assistência financeira oferecidas pelo Banco Central dentro do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes), principal responsável pela liquidação, privatização, federalização ou transformação em agências de fomento de 21 das 28 instituições financeiras públicas estaduais (bancos múltiplos, comerciais, caixas econômicas) sob o controle dos Estados em dezembro de 1993.

Essa escolha do BRB, tanto na administração do governador Cristovam Buarque (95-98), quanto na de Joaquim Roriz (99-06) foi consequência não apenas de opções políticas, mas também de avaliação técnica quanto à viabilidade do banco no novo ambiente econômico sucessivo ao Plano Real.

O objetivo principal do estudo é subsidiar, do ponto de vista econômico-financeiro, a discussão em torno da venda, com ênfase na incorporação do BRB ao Banco

do Brasil, conforme negociações em andamento. Para isso, o texto apresenta inicialmente uma análise sobre a evolução dos principais indicadores do banco e, ao final, descreve um breve panorama sobre os possíveis horizontes que se colocam nessa conjuntura.

Os resultados apresentados a seguir fazem um paralelo entre as demonstrações contábeis da instituição no exercício de 2006 e no primeiro semestre de 2007 com aqueles verificados nos mesmos períodos anteriores. As principais fontes dessa análise são o Balanço Patrimonial, a Demonstração dos Resultados do Exercício e o Relatório da Administração. Como a Lei 9.249/95 eliminou a adoção de quaisquer critérios de correção monetária nas demonstrações contábeis, os valores estão apresentados em moeda corrente, sendo nominais as variações de um período a outro, isto é, desconsideram-se os efeitos da inflação.

Rede de atendimento e quadro de pessoal

No período de 31/12/1994 a 30/06/2000, o BRB realizou um profundo ajuste visando adequar sua estrutura e suas atividades ao novo cenário econômico de estabilização e de crescente competitividade no setor bancário.

Quanto à estrutura de atendimento, visou-se a manutenção

de uma ampla rede de pontos de atendimento, bem como a qualificação dos serviços oferecidos à população. Esse objetivo foi parcialmente alcançado, pois houve uma redução dos pontos de atendimento (-17,5%), concentrada nos Postos de Atendimento Bancários (PABs), sendo, ao contrário, que o número de agências registrou um crescimento de 5,8% no período.

Quanto ao quadro de pessoal, houve um processo de redução acentuada e progressiva do número de empregados, com a eliminação de quase dois mil postos de trabalho (em 31/12/2002 havia 48% funcionários a menos do que em 31/12/94). Esse corte de pessoal ultrapassa largamente o verificado no Setor Bancário Nacional, equivalente a 33,5%, no mesmo período (ver tabela 1).

Com isso, o número médio de funcionários por agência no BRB baixou de 68 em 1994 para 33 em dezembro de 2002. Esse dado é um bom indicador do aumento da sobrecarga de trabalho nas agências do banco, que ainda se caracterizam por um elevado recebimento de tributos e de pagamento de contas, atividades que requerem a utilização direta do trabalho bancário. Nesse aspecto, registra-se que no período de abril a agosto, mais os meses de novembro e dezembro de 2002, o BRB liderou o ranking de reclamações divulgado mensalmente pelo Banco Central.

Tabela 1

	31/12/94	31/12/96	31/12/98	31/12/00	31/12/01	31/12/02	30/06/07	Varição 1994-2002
Número de agências	52	46	55	55	55	55	58	11,5%
Número de PAB's	68	59	45	44	46	46	40	-41,2%
Total de pontos de atendimento	120	105	100	99	101	101	98	-18,3%
Correspondentes bancários							94	
Total empregados do setor bancário nacional	571.252	483.165	420.218	402.425	393.140	379.433	425.000*	-25,6%
Número de empregados do BRB	3.520	2.466	1.960	1.719	1.830	1.830	2.352	-33,2%
Empregados por agência BRB	67,7	53,6	35,6	31,3	33,2	33,2	40,6	-40,1%
Empregados por Total de Pontos BRB	29,3	23,5	19,6	17,7	18,1	18,1	24,0	-18,1%

Fonte: Relatórios de Administração

Elaboração: DIEESE Subseção SEEB-DF

*referente a 2006, conforme Balanço Social 2006 da Fenaban

Situação patrimonial

Em 30/06/2007, os ativos totais do BRB totalizaram R\$ 4.033,8 bilhões, com um crescimento de 171,6% em relação a 30/06/2002. Apesar da crise vivida pelo sistema financeiro após o Plano Real, que em particular provocou o desmonte de boa parte do sistema financeiro público estadual, o BRB apresentou uma progressão contínua no volume de seus ativos com um crescimento acumulado de 237,7% em relação a dezembro/1995.

A exemplo dos demais bancos brasileiros, o BRB tem priorizado as aplicações de tesouraria, ou seja, a compra de títulos públicos. Em dezembro de 1999, do total do ativo 39,9% estavam aplicados em operações de crédito, contra 19,7% em título público. Já no último semestre, a situação muda, prevalecendo a aplicação em títulos públicos, que passa a deter 48,9% do ativo total, enquanto as operações de crédito respondem por 22,7%.

O potencial de crescimento do crédito é promissor e deve ser visto como uma opção estratégica dentro da nova conjuntura iniciada em meados de 2005 (trajetória de queda sustentada da taxa básica de juros, retomada de crescimento da economia e da massa salarial). A carteira de crédito responde por 40,1% das receitas totais do BRB, apesar do baixo recurso destinado a essas operações. Já as receitas provenientes das aplicações em títulos públicos responderam apenas por 15,5% no exercício de 2006.

Com base nos números do último balanço semestral, constata-se que do ponto de vista da alocação do crédito, acentuou-se a preferência pelo setor privado para onde são destinadas 98,2% dessas operações. Nesse segmento, os maiores crescimentos ocorrem nas carteiras pessoa física e no comércio, que aumentaram 25,3% e 29,5% respectivamente, em relação ao primeiro semestre de 2006. Os empréstimos vinculados à pessoa física representam o maior montante no total das operações de crédito do banco, situados à frente da carteira habitacional que apresentou redução de 8,5% no mesmo período. Juntas, essas carteiras, respondem por mais da metade do volume de crédito do BRB (57,7%), com R\$ 369,4 milhões e R\$ 158,3 milhões respectivamente.

Por fim, o crédito destinado ao setor público apresentou um expres-

sivo crescimento de 66,4%. Não obstante, sua participação no total da carteira de crédito da instituição é muito ínfima, em torno de 1,8%.

Do ponto de vista da qualidade do crédito, a carteira do BRB registrou uma menor exposição ao risco, com uma leve ampliação no volume das operações de risco nulo ou muito baixo (classificação AA, A e B) que representavam 59,9% do total das operações, em junho de 2006, elevando para 62,5%, ao final do último semestre. Já as operações mais arriscadas (F, G e H) reduziram sua participação de 7,5% para 5,0% no mesmo período.

O patrimônio

O patrimônio do banco apresentou uma evolução positiva de 326,8% nos últimos cinco anos (2002 a 2007). Quanto ao equilíbrio patrimonial e ao risco bancário, a instituição encontra-se enquadrada dentro das normas de capitalização exigidas pelo Banco Central, de acordo com as Resoluções n.º 2.099 (18/08/94) e n.º 2.399 (26/06/97). Essa resolução traduzem para o SFN os princípios estabelecidos internacionalmente no que se convencionou denominar Acordo de Basileia. Por essas normas, as instituições financeiras devem ter patrimônio, no mínimo, equivalente a 11% de seus ativos ponderados pelos riscos atribuídos pelo Banco Central.

No caso do BRB, ao final do primeiro semestre de 2007, esse índice (14,2%) supera o mínimo exigido pelo Banco Central.

O passivo

Na composição do passivo do BRB destacam-se os depósitos totais responsáveis por 78,9% do total, ou seja, R\$ 3.180 bilhões. Registrando um crescimento de 240,5% entre 2002 e junho de 2007. Esse elevado volume reflete uma boa confiança na instituição por parte da clientela. Na composição dos depósitos destacam-se os recursos captados por prazos maiores, ou seja, os depósitos de poupança (21,9% do total) e os depósitos a prazo (64,1% do total).

De acordo com informações do Banco Central, em agosto de 2007, o BRB tinha 358 mil contas correntes ativas. Esse número representa um enxugamento da ordem de 23,9% em relação a setembro de 2003. No entanto, esse quadro

pode ser ampliado mais ainda, dado o espaço enorme para aumentar o nível de bancarização da população brasileira. De fato, apenas 15% da população brasileira tem conta bancária, sendo que os domicílios com renda familiar de até 2 salários mínimos estão praticamente excluídos do acesso bancário, enquanto só 20% das famílias com renda de 2 a 5 salários mínimos têm conta em banco.

O lucro

O lucro líquido do BRB em 30/06/2007 foi de R\$ 37,5 milhões. Esse resultado representa um aumento de 22,5% em relação ao mesmo período de 2002. Com isso a rentabilidade anualizada prevista no relatório de administração é de 23% sobre o patrimônio líquido – esse valor ainda é inferior à média dos demais bancos públicos em 28,0%. O lucro do banco deve-se sobretudo ao resultado bruto da intermediação financeira que aumentou 20,3%. A rentabilidade anualizada prevista de 23% permite estimar um lucro anual de R\$ 75,2 milhões em 2007. No entanto, segundo fontes do próprio banco, esse valor já foi superado pelo desempenho observado até outubro, que acumula um lucro líquido de R\$ 78 milhões. Com isso, projeta-se um resultado superior a R\$ 100 milhões para o exercício de 2007, segundo informações recentes do presidente do BRB e do governador do DF, José Roberto Arruda (DEM), resultando numa rentabilidade superior a 30% do patrimônio líquido.

As receitas

Para isso, a receita total cresceu 15,0%. Entre elas, destaca-se o crescimento de 11,7% das receitas de crédito, responsável por 38,9% do Total das receitas do banco. As receitas das aplicações em títulos e valores mobiliários cresceram 44,3%, ampliando sua participação para 19,9% das receitas totais.

Contribuíram ainda o crescimento de 15,8% do resultado de participações em coligadas e controladas. Por fim, as receitas de prestação de serviços que evoluíram 7,7%, cobrindo 69,3% das despesas de pessoal. A única conta que não apresentou uma evolução positiva foi o grupo das outras receitas operacionais que caíram 1,0%.

As despesas

Do lado das despesas registrou-se um aumento total de 14,7%, praticamente a mesma evolução das receitas totais (15,0%). Entre as despesas, destaca-se o expressivo crescimento de 96,4% das outras despesas operacionais. As despesas de pessoal registrou um aumento de 13,8%. A única redução foi registrada nas outras despesas administrativas, com queda de 4,8%.

As outras despesas administrativas guardam uma peculiaridade no caso do Banco de Brasília, que por quatro anos consecutivos (2003 a 2006), o montante de recursos destinados a esses gastos superaram as próprias despesas da intermediação financeira – principal atividade de uma instituição bancária. Agora em 2007, essa relação é corrigida, com as despesas da intermediação financeira liderando o ranking das principais despesas do banco.

Nos anos anteriores, o crescimento das outras despesas administrativas era resultado do excessivo número de contratos de trabalhos terceirizados realizados pela administração do banco. São aproximadamente 1.088 empregados, entre estagiários e prestadores de serviços, contratados nessa situação. Esse contingente representa 46% do quadro de pessoal do Banco formado por 2.352 funcionários de carreira.

Além disso, registra-se que no ano de 2002, o maior impacto nas outras despesas administrativas decorreu do gasto com publicidade do BRB que não tem paralelo entre seus pares. Naquele ano, essas despesas comprometeram 11,49% do patrimônio líquido. Já no Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Nossa Caixa essa relação representou apenas 1,65%, 1,41%, 1,34% e 2,35% respectivamente. A evolução desses gastos entre 2001 e 2002 representou um acréscimo de 64,46% no BRB, enquanto nos bancos supracitados registrou-se uma evolução média de 8,11%. Essa constatação revela-se ainda mais relevante tendo em vista que esse montante extrapolou em 63% o valor previsto no orçamento do Banco.

Tabela 2
Bancos Selecionados
Despesas de Propaganda e Publicidade, em 2002

Bancos	Como percentual do patrimônio líquido
Banco do Brasil	1,65%
Bradesco	1,41%
Itaú	1,34%
Nossa caixa	2,35%
Brb	11,49%

Fonte: Balanço Patrimonial dos Bancos em 2002
Elaboração: Subseção do Dieese/Seeb-DF

Indicadores de desempenho

Os indicadores de desempenho do BRB em 2007, de uma forma geral, revelam-se positivos. Entre os destaques cita-se o indicador do lucro líquido pelo número de empregados e por agências. Cada empregado proporcionou, em média, R\$ 15,9 mil de lucro no primeiro semestre de 2007. As agências geraram, em média, R\$ 646,2 mil de lucro no mesmo período. Além disso, ressalta-se o crescimento dos indicadores de produtividade: depósito por empregado que evoluiu 72,1% e as operações de crédito por empregado que cresceu 12,7% em relação a igual período de 2006. Demonstrando assim, a contribuição dos funcionários na geração do bom resultado do banco.

Perspectivas para o BRB

Por fim, essa nota faz uma breve reflexão sobre a recente iniciativa do Governo do Distrito Federal (GDF) em criar um novo modelo de atuação para o BRB. Nesse aspecto, o Banco do Brasil comunicou, no início de setembro, por meio de fato relevante, a abertura de negociações com o GDF para a aquisição do controle acionário do banco.

De um lado, a iniciativa do GDF é uma estratégia que minimiza o desgaste político perante a sociedade decorrente de uma eventual privatização. Afinal, a transferência do controle acionário do BRB para

o Banco do Brasil não altera sua natureza de instituição pública. Além disso, amplia a rede de atendimento para os servidores do GDF – principal cliente do banco.

Para o GDF, a incorporação pode representar condições mais favoráveis para negociação da dívida pública do governo distrital com o tesouro nacional, além da disponibilização imediata de recursos financeiros no caixa do governo.

No entanto, o poder aquisitivo de aproximadamente 150 mil funcionários públicos distritais atrai também o interesse dos grandes bancos privados atuantes na praça de Brasília. Com isso, esses bancos conquistam uma clientela fiel com renda mais elevada: os servidores públicos.

Riscos e oportunidades para o funcionalismo do BRB

■ A viabilidade econômico-financeira do BRB como banco do governo do Distrito Federal tem se mostrado viável ao longo de sua existência. No entanto, a partir de 2012, os funcionários públicos terão liberdade para escolherem os bancos em que administrarão a conta-salário. Com isso, boa parte do ativo do Banco de Brasília corre o risco de migrar voluntariamente para outras instituições financeiras, criando, assim, dificuldades no médio prazo.

■ A incorporação pelo Banco do Brasil requer também adequação de estrutura. A so-

breposição de funções comissionadas e agências (algumas unidades do BRB são vizinhas de agências do BB) pode implicar em programas de enxugamento, criando condições para a implantação de planos de demissão incentivada e aposentadoria antecipada, com vistas a eliminar os salários mais elevados. Já para os funcionários mais recentes, sobretudo aqueles que ingressaram a partir do final dos anos noventa, abre-se a possibilidade de fazer carreira no maior banco do país. A remuneração fixa, os benefícios e o valor da participação nos lucros e resultados do BRB e do BB são próximas, com uma ligeira vantagem para o BB.

■ A privatização do banco surge como o pior cenário para o funcionalismo do BRB, que nesse caso ingressarão numa instituição sem plano de carreira, sem perspectiva de maior remuneração, com programas de participação nos lucros muito inferior ao que é praticado no BRB e BB. No ano seguinte à venda do Banespa, o Santander implementou um programa de demissão voluntária que permitiu a redução de um terço dos postos de trabalho do antigo banco estadual de São Paulo – caindo de 22,2 mil funcionários para 14,7 mil.

■ Por fim, importa destacar o comportamento dos bancos privados, cuja lógica micro-econômica determina a localização de agências (atuação) em praças com garantia de retorno financeiro. Diante disso, as agências do BRB que exercem um papel essencialmente social, como prestadoras de serviços à comunidade, tendem a ser fechadas, pois não garantem lucro financeiro. Nisso reside o foco dos bancos privados, em atender às expectativas de rentabilidade de seus acionistas. Por esta razão, a privatização do banco significa o fechamento de pontos de atendimento em cidades do DF que hoje conta apenas com as agências do BRB para atender a população.

Trabalhadores tomam Brasília por mais e melhores empregos



As ruas do centro de Brasília amanheceram nesta quarta-feira 5 tomada por milhares de trabalhadores, para a realização da 4ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora. Todas as reivindicações da Marcha têm como objetivo a criação de mais empregos e a reestruturação do mercado de trabalho, atualmente marcado por altas taxas de informalidade e de formas precárias de contratação. A mobilização foi promovida pela CUT e as demais centrais sindicais.

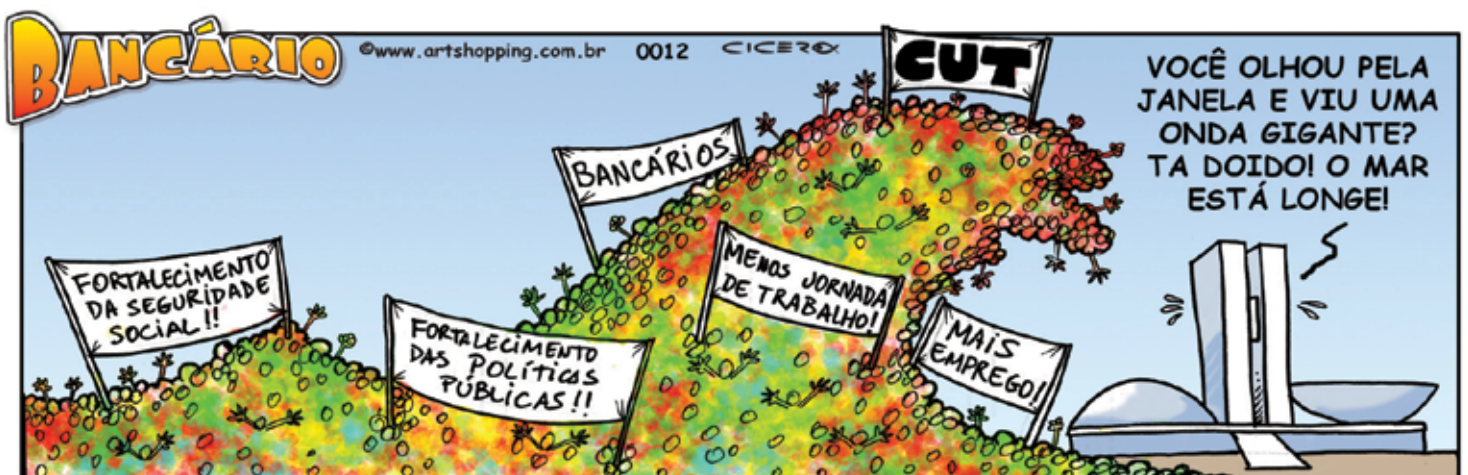
A Marcha já rendeu resultados

concretos, com a realização de uma audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no final da tarde. “O principal foco da manifestação é a geração de empregos para todo o conjunto da sociedade. Queremos o cumprimento da determinação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que não permite demissões arbitrárias e a redução da jornada, sem diminuir os salários”, afirmou o presidente da Central única dos Trabalhadores, Arthur Henrique. Mais de 30 mil trabalha-

dores participaram do evento.

“Bancários de todo o país estiveram em peso em Brasília e novamente foram destaque da Marcha. Caravanas do Brasil inteiro organizadas pelos sindicatos filiados à CUT e à Contraf (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro) promoveram uma grande mobilização”, destacou Rodrigo Britto, presidente do Sindicato, que também exibiu durante a Marcha faixas de protesto contra a possível privatização do BRB.

Logo pela manhã, às 7h, as delegações, vindas de ônibus, se concentraram no estacionamento do estádio Mané Garrincha. Às 10h, teve início a caminhada rumo à Esplanada dos Ministérios e ao Congresso Nacional. A marcha seguiu para entregar a pauta de reivindicações aos presidentes do Senado, Tião Viana (PT-AC), e da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia (PT-SP). Logo a seguir, por volta das 12h15, começou o ato político em frente ao Congresso Nacional.



Sindicato faz protesto na reinauguração da agência do BRB da Candangolândia



Em meio ao clima de festividade do GDF, o Sindicato realizou no último dia 27 manifestação durante a cerimônia de reinauguração da agência do BRB da Candangolândia, que contou a participação do governador José Roberto Arruda (DEM) e de integrantes da equipe de governo, bem como da diretoria do banco.

Durante o protesto, o Sindicato estendeu faixas com palavras de ordem exigindo a manutenção do caráter público do BRB e a garantia de emprego dos seus funcionários diante das informações da possível venda do banco, além da entrega à população de nota em que alerta sobre o risco iminente de fechamento de agências por conta desse processo.

“O governador Arruda anunciou a intenção de vender o BRB, tendo inclusive começado negociações com o Banco do Brasil, que por ser um banco público, indica a disposição de deixar aberta esta agência [a reinaugurada na Candangolândia], assim como todas as outras do BRB caso assuma o controle do banco”.

Por outro lado, continua a nota, “o governador também está dialogando com bancos privados (HSBC, Bradesco, Santander etc), que não

têm compromisso nenhum com a população desta cidade, e por isso provavelmente fecharão esta agência, assim como todas as unidades de cidades onde só há o BRB para atender principalmente à população de baixa renda”.

“Todo esse aparato festivo promovido pelo GDF não passa de uma cortina de fumaça por trás da qual se esconde uma série de incertezas acerca do futuro do banco”, diz o diretor do Sindicato e funcionário do BRB Antonio Eustáquio.

Na avaliação do Sindicato, o discurso do governador Arruda é ambíguo, pois ao mesmo tempo em que pretende vender o BRB, inaugura uma nova agência na Candangolândia. Ao final da cerimônia, os diretores do Sindicato procuraram o governador e reforçaram sua disposição de realizar um terceiro encontro formal para discutir o assunto, uma vez que Arruda afirmara que não se furtaria a debater-lo com representantes da sociedade e dos bancários.

A unidade do BRB da Candangolândia é a única agência bancária da cidade-satélite. “Não somos contra a abertura de novas agências. Pelo contrário, defendemos a ampliação do horário de atendimento aos clientes”, explica Kleyton Moraes, diretor do Sindicato e funcionário do BRB.

Sindicato cobra redação final do acordo coletivo

O Sindicato cobra do BRB a redação final do acordo coletivo de trabalho 2007/2008. Diretores do Sindicato já estiveram pessoalmente na sede do banco conversando com integrantes da Comissão de Negociação do BRB, bem como já contactou diversas vezes, por telefone, cobrando a redação final do acordo. Até o fechamento desta edição, o Sindicato não recebeu a redação do acordo. “A situação é preocupante, pois especialmente em função das cláusulas específicas dos novos parâmetros para PPR e PLR, bem como o Programa de Educação e Qualificação, que devem estar prontos até 31 de dezembro deste ano. Queremos uma resposta, tendo em vista que o prazo está se encurtando”, cobra Antonio Eustáquio.

Sindicato indica integrantes para comissões paritárias

Conforme prevê Acordo Coletivo de Trabalho (ainda não assinado), o Sindicato enviou nesta quarta-feira 5 de dezembro ofício ao GDF indicando os nomes dos integrantes para comporem as comissões paritárias que discutirão o novo modelo para PPR e PLR e também para a discussão do programa de Educação e Qualificação dos funcionários do BRB.

Multas por erro em DARF e DAR/GDF

Em novembro, o Deban/Gerac enviou um comunicado às agências do BRB cobrando multas referentes a erros ocorridos em recebimento de DARFs e DAR/GDF no período de 1998 a 2006. Neste comunicado, informa que os funcionários identificados pela autenticação nos referidos documentos deverão efetuar o pagamento destas multas. Tal procedimento é um ato da direção do BRB sem a devida investigação que aponte culpa do funcionário, o que configura uma ilegalidade. O Sindicato já solicitou o seu departamento jurídico que tome as medidas necessárias para resguardar os direitos dos funcionários do BRB.